



O EFEITO RETROATIVO DA PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM E DOS VESTIBULARES: O PROBLEMA DA PREFERÊNCIA PELO TEXTO DISSERTATIVO

Newton Paulo Monteiro
newton@unifan.edu.br
Muryellen Campos
mury.mcampos@gmail.com

Faculdade Alfredo Nasser

RESUMO: Um aspecto importante das avaliações macro é a sua dimensão ética e os usos políticos que decorrem de seus resultados. Os testes de proficiência linguística têm sido usados amplamente em diversas partes do mundo, sobretudo em países desenvolvidos, com o objetivo de tomar decisões sobre concessão de residência e cidadania para estrangeiros, incluindo refugiados (Shohamy, 2007). Como consequência, nesses contextos, os testes linguísticos se transformaram em uma espécie de *shibboleth* (Vladi, 2015), ou seja, em formas de decidir os destinos das pessoas a partir de evidências linguísticas, concedendo-lhes ou negando-lhes oportunidades, o que acaba por ter consequências pessoais e sociais profundas. Nesse estudo, desenvolve-se uma reflexão sobre as consequências da opção do INEP/MEC pelo texto dissertativo nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que acaba por restringir a tipologia textual, criando, a exemplo dos exames estrangeiros, uma seleção que ignora outras formas de competência comunicativa e discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: ENEM, avaliação, dissertação

1 INTRODUÇÃO

Um aspecto importante das avaliações macro é a sua dimensão ética e os usos políticos que decorrem de seus resultados. Os testes de proficiência linguística têm sido usados amplamente em diversas partes do mundo, sobretudo em países desenvolvidos, com o objetivo de tomar decisões sobre concessão de residência e cidadania para estrangeiros, incluindo refugiados (Shohamy, 2007). Como consequência, nesses contextos, os testes linguísticos se transformaram em uma espécie de *shibboleth* (Vladi, 2015), ou seja, em formas de decidir os destinos das pessoas a partir de evidências linguísticas, concedendo-lhes ou negando-lhes oportunidades, o que acaba por ter consequências pessoais e sociais profundas.

Outros usos de testes documentados na literatura da área dizem respeito a oportunidades de trabalho e acesso à educação superior. Testes também são usados em diversos países para avaliar o desempenho de crianças e jovens e a qualidade das escolas que eles frequentam, incluindo - em uma mesma avaliação - estudantes nativos e imigrantes com evidentes diferenças no nível de competência linguística (Shohamy, 2007). Todos esses casos podem ser considerados exemplos de políticas linguísticas, no sentido referido por Spolsky (2004, citado por Sousa e Soares, 2014), de que a "política linguística é feita de escolhas".

Em países de dimensões continentais, como o Brasil, ou mesmo em localidades de grande diversidade linguística e cultural, as políticas linguísticas relacionadas a testes e exames, especialmente os de larga escala, podem resultar em privilegiar não apenas aspectos específicos de um língua, mas também grupos seletos da população, que têm acesso a condições mais próximas daquelas selecionadas nos exames. A principal consequência, porém, pode estar justamente na mensagem implícita de que o domínio de certas peculiaridades linguísticas constitua evidência de competência linguística, ao passo que o mau desempenho no teste represente um atestado de incompetência e desconhecimento da língua. Desse modo, as escolhas feitas na elaboração do teste tem implicações profundas para o senso de identidade dos estudantes, e ainda mais assim se a população estudantil do país for composta por diferentes grupos linguísticos. Disso decorre a importância de decisões bem pensadas por aqueles que elaboram a proposta de um avaliação linguística de larga escala.

2 METODOLOGIA

A opção metodológica eleita para este estudo se insere na pesquisa de cunho bibliográfico e reflexivo, tendo em vista discussões já presentes no contexto brasileiro e internacional. Nesse sentido, procura-se cotejar discussões aplicadas em exames usados internacionalmente com a tendência observada no ENEM, já que a realidade educacional brasileira lança mão de exames e avaliações de larga escala com frequência crescente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já por alguns anos, o ENEM tem recebido a atenção da mídia e da sociedade por ter se tornado o principal instrumento de avaliação e acesso de estudantes brasileiros ao ensino superior. Concebido inicialmente apenas como instrumento para avaliar o ensino médio, hoje o exame está vinculado a diversas políticas de acesso às instituições públicas e privadas de educação superior, a programas de bolsas, bem como a maior diversidade de localidades onde se pode cursar uma faculdade. Embora o ENEM contemple as diversas áreas do conhecimento estudadas no ensino médio, nesse texto será enfatizada a prova de língua portuguesa, especialmente a redação.

Alguns autores vêm apontando questões relacionadas à prova de língua portuguesa do exame. Paiva e Dutra (2013), por exemplo, mencionam que embora o exame tenha sido pensado na continuidade de outros documentos da educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais concebem o ensino de língua em uma perspectiva discursiva e interacional, o exame é formado predominantemente por questões objetivas. Assim, a única oportunidade para o estudante demonstrar sua capacidade discursiva de maneira ativa é a prova de redação. No entanto, Bornatto (2013) demonstra que a opção de redação na proposta do exame em suas diversas edições, a qual solicita a produção de um texto dissertativo-argumentativo, exclui outras opções de escrita, tal como a produção de um texto narrativo. Além disso, não se especifica que gênero dissertativo-argumentativo o aluno deve produzir. Isto coloca o exame na contra mão do que ocorria em exames vestibulares das universidades, os quais muitas vezes ofereciam opções de tipologia textual e gêneros, permitindo, por exemplo, a produção de uma carta. Contudo, visto que atualmente uma parte significativa das universidades substituiu seus vestibulares pelo ENEM, a política adotada pelo exame não permite opções aos estudantes e, pouco a pouco, promove a ideia de que dominar a modalidade escrita da língua portuguesa corresponde a ser capaz de produzir um texto argumentativo. Mas quais seriam as razões dessa escolha?

Bornatto (2013) argumenta que a prática do exame é uma perpetuação da antiga redação escolar, geralmente definida pela tipologia textual (argumentativo) em vez de pelo gênero. Embora não se discorde aqui da posição da autora, podem-se acrescentar ainda outras razões para a opção do ENEM.

Um desses motivos seria a questão operacional. Há claras vantagens e facilidades em se optar por um único modelo de redação. O treinamento da equipe de corretores se torna bem mais simplificado, já que se pode concentrar em prepará-los para corrigir apenas o texto argumentativo. Também a elaboração da prova se torna mais fácil, bem como a comparação de resultados entre estudantes do país inteiro. A questão operacional, porém, está longe de ser a mais importante das razões para o ENEM optar pelo texto dissertativo-argumentativo em sua proposta de redação.

Evidentemente, a escolha pelo tipo argumentativo reflete a concepção de cidadania e um certo ideal de universidade. Acredita-se que o mundo acadêmico demande o texto dissertativo-argumentativo como principal instrumento de produção intelectual. Contudo, é notório que muitos cursos superiores exijam a produção de gêneros dos mais variados, incluindo textos que apresentam outras tipologias como a narrativa e a descritiva. Relatórios de estágios e relatórios técnicos são apenas dois exemplos que ilustram a não exclusividade do texto dissertativo. A prática adotada no ENEM, portanto, bem como em muitos vestibulares (cada vez mais substituídos pela avaliação do ministério) parece herdar crenças não apenas da escola, mas da universidade medieval e iluminista, que optara pela produção de textos de cunho filosófico e ensaístico, hoje restritos a uma parcela da produção acadêmica.

Esse quadro, contudo, produz um efeito retroativo (Fulcher, 2013) limitador. O conceito de efeito retroativo diz respeito, na literatura sobre exames e avaliação de larga escala, aos impactos que uma prova tem na sociedade e na educação em geral. No caso do ENEM, o efeito pode ser o de limitar o trabalho escolar de produção de textos à modalidade argumentativa, desconsiderando-se que a competência de escrever textos demanda uma diversidade de habilidades no uso de recursos textuais, incluindo a opção por outros tipos textuais. Um segundo efeito é o equívoco de se resumir à competência no uso da língua à competência no uso do texto argumentativo, o que já se observa com as críticas veiculadas na mídia aos textos produzidos no ENEM.

4 CONCLUSÕES

Uma possível saída para o problema é a conscientização dos professores de que é necessário conduzir o trabalho de produção de textos com uma ampla diversidade de textos e tipos textuais. Isso permitirá o desenvolvimento de competências no uso de diversos recursos linguísticos de textualização. Espera-se também uma maior conscientização das instituições que adotam o exame, bem como de seus idealizadores no sentido de abrir o leque de produções textuais, admitindo-se assim uma visão mais ampla do papel da linguagem nas práticas sociais que constituem o exercício da cidadania e da vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

BORNATTO, S. A redação do ENEM e a formação docente. XI Congresso Nacional de Educação 2013. Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9981_7059.pdf Acesso em: 11/06/2016.

FULCHER, G. **Practical language testing**. Oxon, OX: Routledge, 2013.

PAIVA, C. M. G; DUTRA, V. L. R. A língua portuguesa no ENEM: o que ensinar? **Ecos de linguagem**. Nº 03, Vol. 2, 2013. Disponível em: http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_ecos/ecos3_40a74.pdf Acesso em: 12/06/2016.

SHOHAMY, E. Tests as power tools: looking back, looking forward. In: FOX, J. et ali. **Language testing reconsidered**. Ottawa: University of Ottawa Press, 2007.

VLADI, A. C. Developments in Language Testing with the Focus on Ethics. **Journal of Education and Practice**. Vol.6, No.32, 2015. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1083549.pdf> Acesso em: 11/06/2016.